

**HABEAS CORPUS Nº 548.573 - PR (2019/0356915-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : CLARINDA DE LIMA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : C C T (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de C C T contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento da Revisão Criminal n. 5000167-81.2018.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 21 (vinte e um) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e 4 (quatro) meses de prisão simples, a serem cumpridas inicialmente em regime fechado, pela prática dos delitos previstos no art. 217-A, por duas vezes, e no art. 213, § 1º, na forma do art. 69, todos do Código Penal, e art. 63, inciso I, da Lei 3.688/1941.

No julgamento da apelação, a Corte *a quo*, em que pese ter negado provimento ao apelo defensivo, readequou, de ofício, a reprimenda do sentenciado para 20 (vinte) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e 3 (três) meses e 7 (sete) dias de prisão simples.

Buscando o reconhecimento da continuidade delitiva, foi ajuizada revisão criminal em favor do réu, que foi julgada improcedente.

Contra tal decisão, foi interposto recurso especial, que não foi admitido.

Nesta via, sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que o paciente praticou os delitos de forma continuada, ou seja, os crimes encontram-se unidos pela semelhança de determinadas circunstâncias (tempo, lugar e modo de execução).

Aduz que, de acordo com a jurisprudência deste Sodalício, os crimes previstos nos arts. 213 e 217-A do Código Penal são da mesma espécie, o que permitiria o reconhecimento da continuidade delitiva.

Requer, dessa forma, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja reconhecida a continuidade delitiva, reduzindo-se a pena do paciente.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Com efeito, para a concessão do pedido liminar, é necessário a presença cumulativa dos seus requisitos, a saber, o *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e o

*periculum in mora* (perigo na demora).

Na presente hipótese, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto não foi comprovada a ilegalidade apontada pelo impetrante.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator